

ARTIGO

QUENTIN SKINNER
*e a História
das Ideias Políticas*

ALBERTO RIBEIRO GONÇALVES DE BARROS

Universidade de São Paulo
São Paulo | São Paulo | Brasil
abarros@usp.br
orcid.org/0000-0001-8444-4810

O objetivo deste artigo é fazer um balanço crítico da proposta metodológica de Quentin Skinner, com base no contexto linguístico, para a interpretação de escritos políticos do passado. Num primeiro momento, são apresentadas as justificativas e características da metodologia proposta, cuja principal diretriz é reconstituir o contexto discursivo no qual o texto se inscreve, as convenções linguísticas que regem o tratamento dos temas abordados e a intenção de seu autor ao escrevê-lo. Em seguida, são analisadas as principais objeções ao contextualismo linguístico de Skinner e as respostas dadas aos seus críticos. Por fim, é discutida a relevância da metodologia proposta para a compreensão das ideias políticas de autores do passado.

Ideias políticas – História das ideias – Metodologia

ARTICLE

QUENTIN SKINNER
*and the History of
Political Ideas*

ALBERTO RIBEIRO GONÇALVES DE BARROS

Universidade de São Paulo
São Paulo | São Paulo | Brasil
abarros@usp.br
orcid.org/0000-0001-8444-4810

The purpose of this article is to make a critical balance of Quentin Skinner's methodological proposal based on linguistic context to interpret political writings from the past. At first, the justifications and characteristics of the proposed methodology are presented, whose main guideline is to reconstitute the discursive context in which the text is inscribed, the linguistic conventions that govern the treatment of the topics covered and the author's intention when writing it. Then, the main objections to Skinner's linguistic context and the responses given to his critics are analysed. Finally, the relevance of the proposed methodology for understanding the political ideas of authors from the past is discussed.

Political Ideas – History of concepts – Methodology

INTRODUÇÃO

O trabalho historiográfico de recuperação do pensamento republicano, observado nas últimas décadas do século XX, foi guiado em grande parte pelo método contextualista, em particular pela forma proposta por Quentin Skinner em meados da década 1960. O projeto do jovem professor da Universidade de Cambridge era de se afastar dos procedimentos tradicionais de interpretação dos escritos políticos do passado, praticados no meio acadêmico anglófono, caracterizados pelo exame interno dos textos, como se eles fossem objetos de análise independentes de seu contexto, ou pela investigação das condições materiais de sua elaboração, como se eles fossem um reflexo direto das relações materiais de sua produção.

Com a mesma intenção, John Pocock já havia criticado a exegese exclusivamente textual, que não levava em conta os diversos níveis de abstração em que o pensamento político surgia na história. Ele chamava a atenção para a necessidade de resgatar a história do pensamento político do tratamento exclusivamente filosófico dos textos clássicos, que impossibilitava à compreensão das conexões entre pensamento e comportamento político em dado momento histórico. Ao diagnosticar a tendência de a história do pensamento político transformar-se em filosofia política, no sentido de se concentrar no “mais alto nível de abstração possível”, Pocock alertava para o risco de o intérprete ficar “prisioneiro de um método que o condena a explicitar o pensamento político apenas na medida em que possa ser apresentado como teoria política sistemática ou filosofia” (Pocock 2008, 9).

Em sua avaliação, interpretar escritos políticos do passado exigia outro procedimento distinto de um filosofar textualista. A leitura e releitura exaustiva de textos considerados canônicos não seria a melhor abordagem para a história do pensamento político. Era preciso ir do texto – a sua estrutura interna – ao contexto linguístico, isto é, examinar os escritos de um autor com base na linguagem política de seu tempo, já que ela desempenhava um papel relevante na produção de suas ideias. Desse modo, ao historiador caberia a tarefa de identificar a linguagem na qual foi forjada as formas de abstração produzidas por uma determinada sociedade e os discursos políticos dos quais cada sociedade se serviu para falar dela mesma e tratar de seus problemas, sem perder de vista que cada linguagem expressava formas de comportamento social. O historiador não poderia esquecer que a linguagem é um referencial fundamentalmente histórico que inclui e engendra as estruturas sociais, os valores comuns e as formas de pensamento de uma determinada época. O seu desafio seria então retrazar a complexa teia linguística em que as ideias se formularam, reconstituir a tradição que lhes deu origem e recolhê-las no conjunto das práticas sociais que as informaram. Enfim, o historiador deveria estar “familiarizado com as diferentes linguagens de discussão que estavam em uso e com os diferentes níveis de abstração que normalmente as implicavam, apto então a aferir em qual linguagem e em qual nível uma dada controvérsia foi conduzida ou dado pensador desenvolveu suas ideias” (Pocock 2008, 18).

John Dunn também já havia criticado a maneira tradicional de tratar a história do pensamento político, como se ela fosse uma história de construções racionais fora do processo de pensamento de cada autor, ignorando a dimensão humana da atividade de pensar, caracterizada por sua incompletude, incoerência e instabilidade. Para ele, seria necessário estudar a história das ideias políticas como uma atividade discursiva que ocorria num contexto linguístico que

simultaneamente a restringia e a capacitava. Desse modo, para compreender as ideias de um autor, seria preciso reconstituir o contexto linguístico no qual o seu discurso foi elaborado e enunciado. Se escrever era “fazer coisas com palavras”, o objetivo central do historiador era revelar o que o autor “estava fazendo” ao escrever o que escreveu (Dunn 1968, 93).

Mas, foi o artigo de Skinner, “Meaning and Understanding in the History of Ideas”, que causou maior impacto no meio acadêmico inglês, tornando-se uma espécie de manifesto de uma nova maneira de abordar a história do pensamento político, como Pocock reconheceu mais tarde:

Esse ensaio de 1969 exerceu efeito imediato, particularmente entre estudantes anglófonos do pensamento político, embora não se restringisse a eles. Foi aí que se começou a falar de uma ‘Escola de Cambridge’ entre os praticantes dessa disciplina, que consistia de Laslett, Skinner, eu mesmo e John Dunn (que perseguiu uma trajetória própria) (Pocock 2004, 538).

O CONTEXTUALISMO LINGUÍSTICO

A intenção do artigo era claramente polêmica e visava atacar as duas principais maneiras de abordar a história do pensamento político¹. A primeira caracterizava-se pela convicção de que o trabalho do historiador seria o de selecionar um cânon de textos de autores clássicos, dignos de atenção por conter ideias atemporais e uma sabedora imemorial na forma de proposições universais, e submetê-los a um rigoroso processo interno de exegese analítica, a fim de mostrar sua contribuição para o debate contemporâneo. Difundida principalmente pela historiografia produzida nos Estados Unidos a partir da década de 1930, cuja maior expressão havia sido o trabalho de Arthur Lovejoy (1936)², esse tipo de história das ideias partia do pressuposto de que, apesar da aparente variedade de ideias filosóficas na história, haveria problemas perenes e ideias praticamente inalteráveis ao longo do tempo e com um significado relativamente estável – as chamadas “ideias-unidade” – que deveriam ser rastreadas em todas as áreas do conhecimento e identificadas em todas as suas formas de manifestação. Essa tarefa deveria ser realizada sem qualquer preocupação com as circunstâncias históricas em que as ideias foram enunciadas, já que elas possuiriam um valor intrínseco, universal e atemporal (Lovejoy 1938). De acordo com Skinner, ao invés de contribuir para a compreensão da história do pensamento político, essa abordagem incorria no erro de projetar muitas vezes expectativas do presente sobre o estudo de autores do passado, produzindo interpretações anacrônicas, o que resultava em mitologias. A primeira era a mitologia da doutrina, gerada quando o historiador tomava observações dispersas e ocasionais na obra de um autor e as convertia numa doutrina. Ela se manifestava principalmente quando as afirmações de um autor eram forçosa e sistematicamente enquadradas em construções ideais do próprio historiador. Outra mitologia era a da coerência, engendrada quando o historiador considerava ser seu dever assegurar a unidade das ideias de um autor, solucionando supostas contradições e demonstrando a coesão entre os diferentes enunciados. Se alguma proposição comprometesse a consistência da

¹ Algumas das críticas já haviam sido feitas anteriormente por Skinner (1966).

² Lovejoy criou nos anos de 1920 a Sociedade de História das Ideias na Universidade John Hopkins e, em 1940, fundou *Journal of the History of Ideas*. Ver Grafton 2006.

obra, ela deveria ser ignorada ou explicada. Já a mitologia da prolepse ocorria quando o historiador atribuía a um autor a antecipação extemporânea de conceitos ou argumentos que só passam a ter sentido no futuro, como se os enunciados no texto precisassem esperar o tempo necessário para sua plena compreensão. Por fim, a mitologia do localismo surgia quando o historiador utilizava seu ponto de referência privilegiado para apontar filiações conceituais entre autores de diferentes épocas, empregando de maneira equivocada a noção de influência, sem considerar as condições necessárias para a sua aplicação. Ela criava supostas genealogias e identidades entre universos intelectuais completamente distintos e estranhos, produzindo falsas familiaridades conceituais (Skinner 1969, 4-30).

O ponto em comum entre essas mitologias era que elas envolviam alguma forma de anacronismo, seja ao outorgar a um autor conceitos ou argumentos que ele não enunciou e nem poderia ter enunciado em sua época, pois não se encontravam em uso quando do contexto de produção de seus escritos, seja ao imputar ao seu texto significados que jamais teve e nem poderia ter tido em seu contexto original de enunciação.

A segunda abordagem criticada partia do pressuposto de que todo texto era condicionado inteiramente pelas condições materiais nas quais foi produzido. Em sua vertente marxista, ela ainda pressupunha uma visão teleológica do devir histórico, visto como uma marcha inexorável para um fim determinado, e buscava explicações globais, com base em regularidades e estruturas invariáveis. Na avaliação de Skinner, esta forma de abordagem repousava sobre uma confusão entre a determinação causal de uma ideia e a sua compreensão. Não se tratava de negar a influência das condições econômicas e sociais na produção das ideias, mas de rejeitar a necessária relação causal, como se elas fossem fiéis reflexos de uma realidade material supostamente apreensível, desprovidas de autonomia e eficácia (Skinner 1969, 39-43).

Entre um textualismo idealista, que buscava o significado de um texto nele mesmo, sem qualquer referência extratextual, como se as ideias tivessem substancialidade e fossem completamente autônomas em relação ao contexto de sua enunciação, e um contextualismo redutor e totalizante, que via o texto como um mero reflexo das condições materiais de sua produção, como se as ideias fossem apenas expressões de uma realidade material ontologicamente anterior e determinada, Skinner propunha recuperar o contexto discursivo no qual as ideias foram concebidas e expostas, as convenções linguísticas que norteavam os temas tratados e a intenção do autor ao escrever o que escreveu. No espírito da chamada “virada linguística” (Rorty 1967), ele defendia que o sentido de um texto só podia ser adequadamente apreendido quando fosse restaurado o tecido discursivo no qual estava inserido, pois este era uma parte integrante e um elemento fundamental de sua própria realização. Cada autor, ao escrever seu texto, estaria ingressando num determinado debate e tomando uma posição específica. Desse modo, o sentido de seus escritos se confundiria com a sua intenção, que poderia ser apreendida ao se buscar entender o propósito do ato performático de escrever.

De acordo com Skinner, todo texto constituía uma prática social, enquanto ato discursivo, com um sentido pragmaticamente determinado. Por isso, deveria ser tratado como uma forma particular de ação, em resposta a problemas específicos, no interior de linguagens próprias ao seu tempo. Seria preciso então considerar a intenção de seu autor ao utilizar determinado vocabulário, ao empregar um certo argumento, ao tratar de um tema específico. Como elemento de um discurso político temporal, para entender o seu sentido, seria preciso reconstruir minuciosamente as disputas e as convenções linguísticas nas quais ele se inscreve, assim como o propósito de seu autor ao escrevê-lo. Assim, a adequada interpretação de um texto não pressupunha apenas a apreensão de seu significado semântico ou a compreensão de seu contexto histórico, mas exigiria também a recuperação do contexto linguístico de sua enunciação e da intenção de seu autor (Skinner 1969, 48-50).

O procedimento proposto por Skinner provinha da articulação entre a filosofia da história de Robin Collingwood e a filosofia da linguagem de Ludwig Wittgenstein, em particular a versão presente nas *Investigações Filosóficas*, e a teoria dos atos de fala de John Austin.

Seguindo as orientações de Collingwood, Skinner manteve o princípio de que “toda história é história do pensamento”; e, desse modo, o que importa não são tanto os vestígios factuais de um acontecimento, mas principalmente o que é possível saber sobre as intenções do agente que realizou o feito histórico que ocasionou os vestígios. Desse modo, o historiador teria de levar em conta que “o acontecimento foi uma ação e que sua tarefa essencial é meter-se ele próprio no interior dessa ação, é discernir o pensamento do seu agente” (Collingwood 1981, 267).

Skinner manteve também a concepção de que não haveriam problemas perenes e que o sentido de um texto só seria compreensível quando se considerasse o problema para o qual ele se dirigia: todo texto era dirigido para uma questão específica de seu tempo. Por isso, seria preciso recuperar as questões às quais o texto procurava responder e os problemas para os quais se dirigia, saber para quem o texto foi endereçado e com que finalidade foi escrito. Se os textos eram sempre respostas específicas para problemas particulares e os conceitos utilizados pelos seus autores só tinham sentido nas circunstâncias históricas em que foram empregados, não seria possível exigir de autores do passado respostas para os problemas atuais. Não haveria uma história das ideias, mas apenas uma história de seus vários usos e das várias intenções com as quais elas foram empregadas. Não haveria diálogo possível entre autores de épocas distintas e não teria sentido buscar soluções para o presente em textos do passado: “demandar da história do pensamento uma solução para nossos próprios problemas imediatos é, portanto, cometer não apenas uma falácia metodológica, mas algo como um erro moral” (Skinner 1969, 53).

Já das *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein (1994), Skinner reteve a convicção de que o significado das palavras passa por um questionamento sobre o seu uso nos diferentes “jogos de linguagem” (§ 7), aos quais os usos das palavras estariam integrados e nos quais elas encontrariam sentido: “a significação de uma palavra é seu uso na linguagem” (§ 46). Somente quando se conhece o contexto no qual as palavras foram usadas seria possível compreender plenamente o seu sentido: “A apropriada e famosa fórmula – famosa para os filósofos, pelo menos – é que devemos estudar não os significados das palavras, mas seu uso [...] o significado de uma ideia deve ser seu uso atribuído de várias maneiras” (Skinner 1969, 37).

Skinner reteve igualmente a intuição de Wittgenstein de que “palavras são também atos” (§ 546), para sustentar que a interpretação de um texto exigia a compreensão do que seu autor fez ou tentou fazer ao escrevê-lo, pois o uso da linguagem era sua maneira de agir no mundo. A suposição era de que, ao escrever um texto, um autor não estava somente a dizer algo, mas também a fazer algo, visto que a escrita era, em si mesma, uma forma de ação. Assim, para interpretar um texto, seria preciso estar atento não apenas ao que o autor disse, mas também ao que ele estava a fazer ao dizer o que disse. Seria, enfim, necessário recuperar a sua intenção.

Para elucidar o que entende por intenção, Skinner recorreu à doutrina dos atos de fala de John Austin, que colocava em xeque a crença de que a elucidação do significado semântico de um enunciado era suficiente para sua compreensão, visto que há uma classe de enunciados – os enunciados performativos – que não podem ser avaliados simplesmente conforme os parâmetros de verdade ou falsidade, devendo ser analisados de acordo com sua intenção. Austin reconhecia três elementos em todo ato de fala. O primeiro era a dimensão locucionária, relativa ao conteúdo proposicional, que manifesta o ato de dizer algo. Ela se refere ao enunciado e seus componentes gramaticais e semânticos, proferidos ao se dizer algo. O segundo era a dimensão perlocucionária, relativa aos efeitos produzidos na audiência, que ocorre por se dizer algo. Ela se refere aos modos de recepção e remete tanto aos motivos do agente quanto aos efeitos nos ouvintes do enunciado. O terceiro elemento era a dimensão ilocucionária, relativa ao que o agente está a fazer ao dizer algo, qual é o seu propósito ao utilizar os elementos gramaticais e semânticos para dizer algo. Ela manifesta a intenção do agente em sua ação comunicativa, que pode ser a mais diversa possível, como alertar, aconselhar ou intimidar, dependendo de seu propósito (Austin 1962, 94-120).

Skinner destacava o terceiro elemento, a dimensão ilocucionária, que não se limitava ao significado semântico do enunciado, nem se preocupava com os motivos de seu emissor ou as repercussões na audiência, mas buscava captar a intenção do autor ao dizer o que disse: “Foi demonstrado de maneira clássica por J. L. Austin que o entendimento de sentenças pressupõe a compreensão não somente do significado de um dado enunciado, mas também do que Austin chamou de força ilocucionária intencional” (Skinner 1969, 45-46).

Desse modo, para compreender o sentido de um enunciado, seria necessário restituir o conjunto de condições e de circunstâncias nas quais a ação particular de pronunciar o enunciado manifestava toda sua força ilocucionária. Em outros termos, seria preciso situar o texto no contexto de interlocuções de sua época para captar a intenção de seu autor, não aquela que precedia a ação, as suas motivações subjetivas, que são sempre incognoscíveis, mas aquela que era pública e se manifestava concomitantemente no curso da ação preconizada pelo autor.

A proposta metodológica de Skinner vai ser posteriormente explicitada e detalhada em diversos artigos publicados na década seguinte, nos quais é enfatizada a equivalência entre a intenção do autor e o significado daquilo que foi escrito (Skinner 1970, 1971, 1972a, 1972b, 1974, 1978, 1979). Dessa maneira, uma interpretação válida seria aquela que o próprio autor teria aceito como uma descrição correta daquilo que ele quis dizer ao escrever o que escreveu: “conhecer os motivos e intenções do autor é conhecer a relação que ele sustenta com o que foi escrito... é conhecer o que disparou esses atos de fala específicos, independentemente de seu caráter e status de verdade como discursos” (Skinner

1972a, 400). Assim, para interpretar adequadamente um texto do passado, seria preciso recuperar o contexto discursivo dentro do qual ele foi elaborado, compreender as convenções linguísticas e normativas que regiam o tratamento das questões ou temas abordados e resgatar a intenção de seu autor.

CRÍTICAS AO CONTEXTUALISMO LINGUÍSTICO

A proposta metodológica de Skinner tem sido duramente criticada desde seu surgimento (Leslie 1970, Parekh 1973, Schochet 1974). Apesar da multiplicidade e da variedade de objeções ao contextualismo linguístico, em geral, e ao contextualismo linguístico de Skinner, em particular, há uma recorrência de determinadas críticas, que podem ser esquematizadas, conforme sugere muito bem Ricardo Silva (2010), em três categorias: o estatuto epistemológico, o compromisso com o intencionalismo e o historicismo radical. A primeira categoria foca o estatuto epistemológico da metodologia, ora acusada de objetivista ou mesmo positivista, ao pressupor que o intérprete é capaz de suspender seus interesses e valores na interpretação dos escritos políticos do passado, ora criticada pelo seu subjetivismo ou relativismo, ao dedicar atenção exclusiva à intenção dos autores e esvaziar a autonomia semântica dos textos.

A orientação positivista seria consequência do pressuposto de que um intérprete poderia manter uma neutralidade investigativa, ao se separar objetivamente do texto. Mas a situação histórica do intérprete deve ser considerada o ponto de partida do processo de interpretação, já que ele estaria preso à sua própria situação, experiência, valores e costumes. Como o seu trabalho é ditado pelos seus interesses, a interpretação jamais seria plenamente objetiva e exigiria uma negociação constante entre a linguagem do presente e a do passado (Femia 1988, Minogue 1988).

Já o subjetivismo seria resultado da crença excessiva no caráter auto referenciado do mundo da linguagem e do completo desinteresse pela explicação das causas materiais dos atos linguísticos. Ao preocupar-se exclusivamente com as intenções do autor, a metodologia proposta perderia completamente de vista a dimensão objetiva dos fatos e dos enunciados, presente na semântica dos textos (Shapiro 1982, Keane 1988, Hollis 1988).

A segunda categoria de objeções recai sobre o compromisso com o intencionalismo (Mulligan 1979, Seidman 1983). A proposta de recuperação do sentido original dos textos, especialmente quando se busca associá-lo às intenções de seus autores, é considerada inócua, já que ela jamais seria desvelada. Aliás, nem mesmo o próprio autor poderia compreender as intenções que o levaram a escrever seu texto, subjugado que é por motivações que muitas vezes lhe escapam à consciência. As reais intenções seriam sempre irrecuperáveis, difícil de apreendê-las ou explicitá-las. Além disso, haveria sempre um sentido não intencional, na medida em que um autor pode dizer o que não tinha intenção de dizer. Assim, jamais se poderia saber ao certo o que ele quis dizer ou fazer ao escrever o que escreveu.

Uma crítica comumente feita a Skinner é a de identificar a intenção autoral com o contexto linguístico e de utilizar a noção de contexto linguístico de maneira ambígua, simultaneamente em dois planos distintos, sem diferenciá-los. De um lado, ele utilizaria contexto linguístico no sentido do léxico e das categorias disponíveis para o autor, ou seja, as condições semânticas do texto; do outro, ele faria referência ao contexto comunicativo, no sentido de determinar em que circunstâncias o texto foi escrito, ou seja, as condições pragmáticas de sua enunciação (Palti 2014).

Outro equívoco apontado pelos críticos é a pressuposição de que o enunciado falado (*utterance*) seria equivalente ao enunciado escrito (*statement*), de modo que uma teoria projetada para a análise dos atos de fala poderia ser diretamente aplicada à interpretação de textos escritos (Feres 2005). Com base nos argumentos de Paul Ricoeur (1973, 91-117), é ressaltada a falta de inúmeros elementos da prosódia no texto escrito e enfatizada as especificidades introduzidas pelo ato de escrever. Por exemplos, a escrita modifica a temporalidade do discurso, ao fixar o seu conteúdo de modo a ultrapassar o momento presente da comunicação oral. Já a força ilocucionária pode ser apenas parcialmente apreendida por meio de marcas gramaticais, visto que os elementos mímicos, de gesto e de entonação, característicos da linguagem falada, perdem parte de sua expressão na comunicação textual. Além disso, o ato perlocucionário não pode ser plenamente capturado pela escrita, pois ela dificulta a manifestação dos aspectos emocionais e afetivos da comunicação oral. Apenas o conteúdo locucionário do enunciado é integralmente preservado. Ao deixar de existir enquanto objeto de uma situação dialógica, o texto escrito se direciona para uma audiência invisível e indeterminada. Assim, a situação original do autor é perdida na escrita juntamente com a presença do autor (Boucher 1985).

Alguns críticos alegam que, ao privilegiar certos elementos da doutrina dos atos de fala, adaptá-los e ajustá-los de maneira instrumental aos seus propósitos, Skinner produziu deslocamentos e distorções em relação à teoria original de Austin. Eles contestam a equivalência sugerida entre intenção e força ilocucionária, na medida em que a descoberta da força ilocucionária de um enunciado possibilita apenas a sua melhor compreensão. Eles chamam a atenção para o fato de que seria perfeitamente possível a ocorrência de um ato ilocucionário não intencional, completamente independente das intenções de seu autor, bem como a existência de uma intenção ilocucionária que não se efetiva em ação, como no caso da tentativa de provocar interesse em uma determinada audiência composta por pessoas surdas ou por estrangeiros não familiarizados com a língua falada (Graham 1988, Gautier 2004).

Skinner também é criticado por tentar captar o sentido de um texto recorrendo exclusivamente à força ilocucionária dos enunciados e por avaliar que este sentido pode ser obtido ao considerar as crenças de seu autor. Mas as crenças não podem ser analisadas isoladamente, uma vez que elas estão inseridas em uma rede de crenças, que por sua vez está associada a uma tradição, que se relaciona com as crenças atuais do interprete (Bevir 1992).

A abordagem intencionalista de Skinner ainda tem sido recriminada por ignorar o papel dos leitores e a possibilidade de uma história da recepção do texto. Ao reduzir o texto a um ato de fala compreensível mediante a recuperação das intenções autorais em um contexto sincrônico de convenções linguísticas, Skinner parece assumir que os textos têm sentido em si mesmos, não importando o que seus intérpretes e leitores pensem a seu respeito. Desse modo, ele estaria perdendo de vista a dimensão diacrônica do texto escrito, manifestada na história dos efeitos produzidos nos leitores. Ao sobreviver à presença do autor, ao seu mundo e à sua audiência, o texto escrito abre-se para as novas gerações de leitores e, portanto, para novas interpretações (Jaume 2002).

A terceira categoria de objeções à metodologia proposta se refere ao seu historicismo radical que recusa a existência de problemas perenes e de ideias atemporais. Ao rejeitar a transposição das discussões do passado para o presente, a abordagem de Skinner transformaria a interpretação dos escritos políticos em peça de antiquário que valeria apenas por sua curiosidade histórica. O resultado do trabalho do intérprete seria um quadro de construções históricas tão contextualizadas e contingentes que as ideias do passado não passariam de relíquias, uma coleção de memórias irrelevantes, sem qualquer relação ou impacto no debate político contemporâneo. Ora, se as ideias do passado não podem ser adaptadas ao presente, senão por mecanismos ilegítimos de atualização, seria melhor então deixá-las de lado e partir para a elaboração de teoria política normativa sem referência à histórica das ideias políticas (Tarlton 1973).

Os seus críticos alegam que o ceticismo de Skinner precisaria estar fundamentado em alguma evidência empírica ou sujeito a verificação por meio de evidências históricas, o que não ocorre (Perreau-Saussine 2007, Lamb 2009). Eles também argumentam que o interesse exclusivo pelo contexto imediato de produção intelectual resultaria na diluição de grandes ideias de autores clássicos numa miríade de textos de pouca importância. Ao interpretar o significado de textos clássicos à luz de escritos menores, Skinner promoveria uma confusão entre os diferentes níveis de abstração em que as ideias políticas aparecem na história, passando ao largo do fato de que o nível de abstração de um texto está em relação inversa com sua relevância. Seria preciso reconhecer que os textos clássicos foram, em geral, elaborados em elevado nível de abstração e tratam de problemas que são, de certo modo, perenes, pois respondem a problemas que são, de alguma maneira, universais (Gunnell 1982). Em vez da individualização do passado e de sua fixação em um contexto radicalmente distinto do contexto do próprio intérprete, seria preciso enfatizar as continuidades e restaurar o passado para que possa servir aos propósitos do presente (Lockyer 1979, Harlan 1989).

As ressalvas ao procedimento metodológico de Skinner também vieram do próprio campo do contextualismo linguístico. Por exemplo, Pocock (2009, 123-142) questiona se a metodologia proposta não seria limitada ao estudo dos séculos XIII ao XVII, uma vez que, a partir do século XVIII, a pluralidade sincrônica de discursos políticos dificultaria a construção de um único contexto linguístico como baliza para compreensão das ideias estudadas. Pocock também vê uma tensão entre o trabalho do historiador, que se pergunta pelo que efetivamente aconteceu e narra os fatos a fim de atribuir-lhes significado em relação ao contexto em que estão inseridos, e a especulação do teórico político, que entende como dotadas de significado as respostas para perguntas colocadas previamente, nos textos dedicados ao debate contemporâneo.

RESPOSTA DE SKINNER AOS SEUS CRÍTICOS

Em “A reply to my critics”, Skinner (1988, 231-288) procura responder às objeções feitas ao seu trabalho. Sobre seu suposto positivismo, ele afirma que sempre procurou se distanciar do objetivismo naturalista que pressupõe a existência de fatos puros, reconhecidos por procedimentos rigorosos e independentes do observador. Ele lembra que nunca deixou de reconhecer que os fatos jamais falam por si e o acesso à realidade é irremediavelmente afetado por pressupostos trazidos pelo intérprete para a investigação.

Em relação ao suposto subjetivismo ou relativismo do método proposto, Skinner afirma que jamais se interessou pelo critério de verdade das ideias de um autor para a explicação de suas crenças. Ele se propôs somente a investigar os contornos dessas crenças, não a fazer um julgamento de valor sobre elas. O fato de determinadas ideias serem verdadeiras ou falsas não teria nenhuma relevância para defini-las como expressões de uma determinada ideologia, entendida aqui simplesmente como a função desempenhada pelas ideias de um autor na legitimação de instituições e práticas políticas defendidas com base em suas crenças. O importante seria evitar que as crenças do intérprete do presente sejam tomadas como padrão para o julgamento das ideias e crenças dos autores estudados.

Sobre o compromisso com o intencionalismo, Skinner salienta sua distância em relação às abordagens que identificam a intenção com as motivações psicológicas que antecedem a escrita de um texto. Ele adverte que se refere somente àquela intenção passível de ser identificada por meio da investigação do debate intelectual no qual o autor está efetivamente engajado e dos recursos linguísticos utilizados para proferir seus enunciados e marcar sua posição. Skinner procura então esclarecer a distinção entre a intenção do autor, incorporada no próprio texto e nas circunstâncias nas quais o texto foi escrito, e os motivos que levam o autor a escrever. Enquanto os motivos podem explicitar as causas externas que se conectam apenas de modo contingente com o texto, a intenção é a condição necessária para a compreensão do próprio discurso.

Sobre a possibilidade de atos ilocucionários não intencionais, Skinner lembra que Austin estabelece uma clara distinção entre força ilocucionária, que é um recurso de linguagem, e ato ilocucionário, que é a capacidade de um agente de explorar esse recurso na comunicação. Se o ato ilocucionário pode ser identificado na intenção, a força ilocucionária é determinada pelo significado do enunciado e pelo contexto em que ele ocorre. Desse modo, pode acontecer que, no ato ilocucionário, a força ilocucionária seja mais ampla, sem que tenha sido essa a intenção do agente. Por isso, alguns enunciados podem incluir uma força ilocucionária não intencional, mas isso não implica na existência de atos ilocucionários não intencionais.

Skinner (2002a, 109-113) ainda ressalta que é preciso distinguir o significado de um texto, alcançado pela análise semântica dos enunciados, do significado intencional que o seu autor almejou. Este segundo significado depende da reconstituição da intenção do autor, ou seja, do significado que ele pretendeu atribuir àquilo que escreveu. Skinner admite que um texto poderá ter significados que seu autor jamais teve a pretensão de atribuir. Desse modo, ele não supõe que os significados de um texto se reduzem somente às intenções de seu autor, nem que a intenção do autor seja o único guia para a compreensão dos textos.

A crítica ao seu historicismo radical parece ser uma das que mais tem lhe incomodado: “A acusação de antiquarismo é, em suma, uma acusação que me incomoda profundamente e à qual todos os historiadores profissionais deveriam, acho, estar dispostos a responder, ao menos para a satisfação de suas próprias consciências” (Skinner, 1998, 87). Skinner adverte que jamais rejeitou o diálogo com o presente, desde que o diálogo seja mediado por uma cuidadosa contextualização histórica. Ele apenas tem enfatizado que, se algumas questões do passado são gerais e podem ser relevantes na atualidade, as respostas dadas não podem em geral ser aplicadas diretamente ao presente. A sua proposta metodológica não pretende esterilizar todas as formas de transmissão das ideias do passado, mas apenas filtrar a transposição direta, acrítica e descontextualizada. Assim, a recusa em aceitar a existência de problemas perenes e ideias atemporais não significa decretar a completa inadequação dos conceitos do passado para a construção de teorias políticas no presente.

De fato, desde seus primeiros ensaios metodológicos, Skinner aponta para a possível contribuição da história do pensamento político, ao admitir que as questões e interpelações em relação ao passado refletem preocupações do tempo presente:

Não se trata de negar a possibilidade de que existam questões aparentemente perenes, caso estas sejam suficientemente moldadas abstratamente. Tudo que eu gostaria de insistir é que sempre que se reivindicar que o ponto do estudo histórico de tais questões é o de que podemos aprender diretamente das respostas, será encontrado que aquilo que importa como resposta geralmente comparecerá, numa diferente cultura ou período, tão diferente em si mesmo que dificilmente poderá ser útil pensar da questão relevante como ‘o mesmo’ (Skinner 1969, 52).

Skinner alega que a metodologia proposta pode então ajudar a esclarecer melhor a contingência de nossas ideias, possibilitando a desnaturalização de nossas crenças e valores, quando percebemos que elas foram simplesmente frutos de escolhas. Ela nos mostra que a forma como pensamos atualmente não é o resultado inevitável de um processo racional fomentado pelos cânones do pensamento, mas sim o resultado de diversos conflitos e disputas ideológicas que tomaram um determinado rumo e não outro. Assim, ao contemplar sistemas rivais de pensamento que existiram no passado, ela pode nos revelar a existência de uma multiplicidade de ideias e conceitos que não foram efetivados, mas que podem de algum modo contribuir para o debate atual, bem como para desenvolver uma visão ampliada do mundo com maior tolerância em relação a outras ideias.

ARQUEOLOGIA E GENEALOGIA DOS CONCEITOS

As respostas de Skinner elucidam muitos aspectos de sua proposta metodológica e deixam mais claro o seu propósito. Mas, como já salientou Ricardo Silva (2017), talvez em razão das críticas recebidas, o historiador de Cambridge relativizou o contextualismo linguístico de seus primeiros artigos e, de um momento inicial de clara separação entre história e teoria política, ele passou a fazer uso de forma cada vez mais frequente de suas investigações históricas para ingressar em debates políticos atuais.

De fato, essa mudança pode ser observada principalmente a partir da década de 1990, quando Skinner passou a conceber o trabalho de historiador como análogo à atividade do arqueólogo que resgata tesouros do passado para melhor compreender o presente: “Um papel correspondente para o historiador do pensamento é o de agir como um tipo de arqueólogo, trazendo de volta para a superfície tesouros intelectuais enterrados, limpando sua poeira e possibilitando-nos reconsiderar o que pensamos dele” (Skinner 1998, 90). Entre os tesouros do passado resgatados, o mais cuidadosamente restaurado foi, sem dúvida, a concepção republicana ou neorromana de liberdade:

Busquei nos primeiros capítulos deste ensaio um desses atos de escavação, procurando descobrir a estrutura, e ao mesmo tempo vindicar a coerência, do que venho chamando de teoria neorromana dos cidadãos livres e Estados livres. A teoria é, acredito, interessante em si. Mas para mim ela adquire um interesse adicional à luz de seu eclipse subsequente pela análise liberal da liberdade negativa em termos de ausência de impedimentos coercitivos. (Skinner 1998, 91)

Em uma série de artigos dedicados ao debate contemporâneo sobre a liberdade política, Skinner procura recuperar a concepção republicana e apresentá-la como uma alternativa diante da oposição entre a liberdade negativa e a liberdade positiva, destacada no ensaio “Two concepts of liberty” de Isaiah Berlin (1969). O seu ponto de partida é o exame de duas proposições consideradas paradoxais pelos autores liberais que se apoiam na concepção negativa de liberdade como ausência de interferência. A primeira vincula liberdade com autogoverno, ao supor que só é possível ser livre por meio da efetiva participação na vida política; e, por isso, os cidadãos deveriam cultivar as virtudes necessárias para o cumprimento de suas obrigações cívicas. A segunda proposição associa liberdade com constrangimento legal, ao inferir que é necessário muitas vezes coagir os cidadãos a cumprir com seus deveres cívicos, já que eles se esquecem de que sua participação política é indispensável para a manutenção de sua liberdade. Ambas seriam, no mínimo, contraditórias, pois convertem a liberdade no seu oposto, já que a liberdade é caracterizada pela ausência de interferência. Por isso, elas deveriam ser afastadas do debate político (Skinner 1984).

Skinner reconhece que as duas proposições deixam ser paradoxais quando se adota a perspectiva da liberdade positiva, entendida como autodeterminação individual ou coletiva, no sentido de que ser livre é efetivar a finalidade da natureza humana, que é essencialmente política: ao participar de maneira ativa na vida política da comunidade da qual pertence, mesmo que seja pela coerção legal, o ser humano realiza sua plenamente natureza e conquista sua liberdade. Mas, apesar de sua possibilidade teórica, ela é considerada inadequada ao mundo contemporâneo, porque está fundada no antigo monismo moral e metafísico, segundo o qual há um único bem, natural e supremo, um só e autêntico fim a ser perseguido por todos. Desse modo, seria preciso investigar se não haveria uma forma de liberdade negativa, entendida como ausência de interferência, que acolhesse as duas proposições sem gerar contradições.

De acordo com Skinner, tem sido ignorada a tradição republicana de pensar a liberdade, na qual ser livre implica tanto em escolher os próprios fins, do mesmo modo que os meios mais adequados para alcançá-los, quanto em praticar ações virtuosas na promoção do bem comum, mesmo que seja pela coerção legal. A sua origem pode ser identificada em historiadores e filósofos antigos que demonstraram profunda admiração pela Roma republicana. Ela teria sido posteriormente retomada pelos humanistas da Renascença italiana na defesa da liberdade de suas cidades, em particular por Maquiavel, transportada para a Inglaterra no século XVII e adotada depois pelos colonos americanos em sua luta pela independência e pelos oponentes do absolutismo monárquico no decorrer do século XVIII, até ter sido obscurecida pela proeminência da perspectiva liberal (Skinner 1990a).

Em seus trabalhos dedicados à ideia de liberdade em Maquiavel, Skinner (1983, 1984) afirma que ela acolhe tanto a ausência de impedimentos arbitrários nas escolhas e ações individuais quanto a necessidade da virtude cívica e do constrangimento legal. Em sua interpretação, para Maquiavel, a liberdade dos cidadãos só pode ser mantida, no âmbito interno, quando eles estão dispostos a participar dos assuntos públicos, evitando o domínio dos mais poderosos; e no âmbito externo, quando eles estão dispostos a defender sua pátria, evitando o domínio de potências estrangeiras. Em ambos os casos, a liberdade é assegurada com o exercício dos deveres cívicos. Mas como isso nem sempre é espontâneo, o constrangimento legal é muitas vezes exigido, a fim de obrigar os cidadãos a cumprir com seus deveres. A participação dos cidadãos nos assuntos públicos não seria considerada um bem em si mesmo, um fim adequado ao ser humano, objetivamente inscrito em sua natureza, como na concepção positiva de liberdade, mas simplesmente um meio eficiente para que os cidadãos possam efetivar suas escolhas e perseguir os fins desejados. Assim, a concepção maquiaveliana de liberdade surge como uma modalidade da liberdade negativa, na qual as leis civis têm uma função reguladora de espaços de não interferência e protetora contra qualquer intervenção desnecessária, enquanto as virtudes cívicas devem ser cultivadas e praticadas como um meio, para que os cidadãos tenham assegurada a ausência de impedimentos arbitrários em suas escolhas e ações³.

³ Sobre os problemas da interpretação de Skinner, ver Barros 2015.

Skinner propõe então retomar a tradição republicana e sua concepção de liberdade negativa como ausência de interferência arbitrária. Ela revelaria que é possível permanecer no contexto moderno e pluralista dos valores e fins individuais, sem renunciar a ideia de que a virtude cívica e o constrangimento legal são componentes essenciais para desfrutar da liberdade (Skinner 2002b).

Na avaliação de Pocock (2008), Skinner força a narrativa histórica, dificilmente sustentada pelo método de investigação que havia sugerido, para que ela caiba na discussão entre liberdade negativa e liberdade positiva. Ao propor uma continuidade no debate político entre conceitos históricos opostos de liberdade, relacionados com os conceitos apresentados por Berlin, ele incidiria nos mesmos erros historiográficos, em particular na mitologia da prolepse, que seu próprio método tanto repudia. O problema que Pocock levanta é se a teoria política – as distinções filosóficas de Berlin entre dois conceitos de liberdade – não teria influenciado e mesmo moldado o trabalho historiográfico de Skinner, dirigindo sua atenção para processos na história do pensamento político nos quais distinções semelhantes teriam ocorrido. Ao ingressar no debate atual acerca da liberdade, ele teria retomado conceitos específicos de uma tradição do pensamento com a qual os teóricos contemporâneos não dialogavam, fazendo transposições entre os elementos linguísticos das discussões do passado e do presente que seriam, segundo os preceitos de seu contextualismo linguístico, no mínimo arriscadas.

Mais recentemente Skinner passou a comparar o seu trabalho com a atividade do genealogista: se o arqueólogo revela os tesouros do passado para olhar criticamente o presente, o genealogista parte do presente em direção ao passado, a fim de identificar as diferentes maneiras que um conceito foi utilizado. O genealogista não busca apenas a origem do conceito, mas a continuidade histórica que resulta no seu uso no presente. Ao revelar outros modos de utilização e outros sentidos, ele elucida os processos contingentes que transmitiram os conceitos ainda empregados na atualidade (Lane 2012).

Alguns estudiosos têm aproximado a abordagem genealógica de Skinner com a história de conceitos, tal como desenvolvida por Reinhart Koselleck a partir da década de 1970 (Palonen 2002). O programa proposto por Koselleck, em oposição à história do espírito de matriz hegeliana, à história intelectual (*Geistesgeschichte*) e à história das ideias (*Ideengeschichte*) praticadas por neokantianos e caracterizadas pela insistência em uma certa essencialidade das ideias, visava justamente precisar o contexto histórico do significado dos conceitos, tornando mais claras as circunstâncias em que foram formulados e empregados, e compreender os conflitos políticos do passado por meio do campo conceitual no qual eles se deram e em termos dos usos linguísticos compartilhados pelos seus autores (Palti 2010). Nas palavras de seu idealizador, “a história de conceitos é, em primeiro lugar, um método especializado da crítica de fontes que atenta para o emprego de termos relevantes do ponto de vista social e político e que analisa com particular empenho expressões fundamentais de conteúdo social e político” (Koselleck 2006, 103).

Mas Skinner afirma que só veio a conhecer o projeto de Koselleck no decorrer da década de 1980. Ele lembra que seu interesse pelo estudo da mudança no uso dos conceitos remonta a década de 1970 e está vinculado a uma tradição baseada na “crença de que nossos conceitos não apenas se alteram com o tempo, mas são incapazes de nos fornecer qualquer coisa além de uma série de perspectivas em mudança do mundo em que vivemos e nos encontramos” (Skinner 1999, 62). Na versão revisada e expandida do mesmo texto, Skinner

chega a sugerir que a sua abordagem genealógica e o programa de Koselleck não são apenas logicamente compatíveis, mas podem também ser considerados complementares:

Vale a pena acrescentar que a perspectiva a que cheguei é, em certos aspectos, similar ao programa, hoje em dia celebrado, de Reinhart Koselleck para o estudo da *Begriffsgeschichte*, ou seja, histórias dos conceitos. Tanto Koselleck como eu próprio assumimos que é necessário tratar os nossos conceitos normativos não tanto como afirmações acerca do mundo, mas como instrumentos e armas de debate ideológico. (Skinner 2002a, 177).

Em seu mais recente livro, *From Humanism to Hobbes - Studies in Rhetoric and Politics*, Skinner voltou a afirmar seu ceticismo no que se refere à possibilidade de histórias de conceitos: “Eu sou cético em relação ao projeto de escrever histórias de conceitos [...]. Consequentemente, não me concentro na história dos conceitos, mas na sua expressão verbal e no seu uso nos argumentos” (Skinner 2018, 10-11). A mesma rejeição já havia sido expressa em “A reply to my critics”:

[...] para entender um conceito, é necessário reter não apenas os significados dos termos usados para expressá-lo, mas também a variedade de coisas que podem ser feitas com ele. É por isso que, apesar das longas continuidades que têm, sem dúvida, marcado nossos padrões herdados de pensamento, eu permaneço convicto na minha crença de que não pode haver histórias de conceitos como tal; só pode haver histórias de seus usos no argumento. (Skinner 1988, 283).

Como bem observa Marcelo Jasmin (2005), o projeto de Koselleck permite uma aproximação com a metodologia proposta por Skinner apenas na dimensão sincrônica da história do pensamento político, isto é, quando se procura esclarecer os conceitos que constituem o vocabulário de determinada linguagem política, relacionando o seu uso no momento específico do debate entre os agentes que os sustentam ou os contestam. A história de conceitos ultrapassaria o caráter sincrônico do contextualismo linguístico, ao se interessar nos modos pelos quais se dá a recepção dos conceitos a longo prazo, ou seja, como as gerações e os intérpretes posteriores leram, mantiveram e alteraram os seus significados.

Independentemente de sua relação com o projeto de Koselleck⁴, Skinner (1990b, 121-151) identifica a origem da concepção liberal de liberdade negativa na reação de Thomas Hobbes à tradição republicana. Em sua interpretação, Hobbes teria rejeitado o vínculo entre liberdade e regime político, com base na alegação de que a ideia de liberdade exaltada pelos autores antigos, retomada pelos republicanos de seu tempo, referia-se à liberdade das cidades, caracterizada pela independência e autonomia, e não à liberdade dos cidadãos, que deviam estar submetidos e sujeitos incondicionalmente às leis estabelecidas pela vontade de quem exerce o poder soberano. Neste sentido, era um equívoco dizer que os cidadãos de uma república possuíam mais liberdade do que os súditos de uma monarquia, visto que a liberdade civil era a mesma em qualquer regime político e residia basicamente no silêncio das leis civis. Como a liberdade, em seu sentido próprio, consistia em ausência de obstáculos ao movimento do corpo, todo

⁴ Sobre as diferenças e proximidades dos projetos de Skinner e de Koselleck, ver Silva 2009.

súdito permanecia livre enquanto não fosse física ou legalmente impedido de agir (Skinner 1998, 19-21).

Em seu livro sobre Hobbes e a liberdade republicana, cuja intenção é mostrar tanto as alterações na concepção de liberdade no interior da obra hobbesiana quanto seu caráter eminentemente polêmico nos debates políticos de seu tempo, Skinner (2008) mantém a interpretação de que, ao contrário dos republicanos que insistiam que ser livre é não estar sujeito e nem depender da vontade arbitrária de quem quer que seja, Hobbes sustentava que a condição suficiente para ser livre é não sofrer interferências nas suas escolhas e ações. A liberdade não era suprimida pelas relações de dominação ou dependência em relação a um poder arbitrário, mas somente com o impedimento daquilo que se deseja e é capaz de realizar. A concepção hobbesiana de liberdade como ausência de interferência teria sido então incorporada ao pensamento legal e político inglês do século XVIII, sendo posteriormente adotada tanto por utilitaristas quanto por liberais.

No entanto, alguns estudiosos já denunciaram o equívoco de estabelecer a conexão direta entre as concepções hobbesiana e liberal de liberdade (Terchek 1997, Rogers 2008). Além disso, a alegação de que a concepção hobbesiana permanece como referência no debate político contemporâneo, ao estar na origem da liberdade negativa, parece muito estranha para um historiador que tanto combateu as diversas formas de anacronismo.

Assim, a proposta metodológica de Skinner, pelo menos aquela que se percebe em sua hermenêutica, seja na perspectiva arqueológica, seja na perspectiva genealógica, pode ser uma ferramenta útil para a interpretação de escritos políticos do passado, desde que o intérprete evite a tentação, na qual Skinner parece ter caído, de transpor categorias normativas do debate contemporâneo para os textos de autores do passado ou de buscar neles concepções datadas para tratar de problemas atuais.

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, John. *How to Do Things with Words*. Oxford: Oxford University Press, 1962.
- BARROS, Alberto. Quentin Skinner e a liberdade republicana em Maquiavel. *Discurso*, v.45, p.187 – 206, 2015.
- BERLIN, Isaiah. Two Concepts of Liberty. In: BERLIN, Isaiah. *Four Essays on Liberty*. Oxford: Oxford University Press, 1969. p. 118-172.
- BEVIR, Mark. The Errors of Linguistic Contextualism. *History and Theory*, v. 31, p. 267-98, 1992.
- BOUCHE, David. *Texts in Context: Revisionist Methods for Studying the History of Ideas*. Dordrecht: Martius Nijhoff, 1985.
- COLLINGWOOD, Robin. *A Ideia de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1981.
- DUNN, John. The Identity of the History of Ideas. *Philosophy*, v. XLIII, n. 134, p. 85-104, 1968.
- FEMIA, Joseph. An Historicist Critique of ‘Revisionist’ Methods for Studying of Ideas. In: TULLY, John (ed). *Meaning and Context: Quentin Skinner and his Critics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. p. 156-175.
- FERES Jr., João. De Cambridge para o Mundo, Historicamente: Revendo a Contribuição Metodológica de Quentin Skinner. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, v. 48, n. 3, p. 655-680, 2005.

- GAUTIER, Claude. Texte, contexte et intention illocutoire de l'auteur. *Revue de métaphysique et de morale*, n.42, p. 175-192, 2004.
- GRAFTON, Anthony. The History of Ideas: Precept and Practice. *Journal of the History of Ideas*, v. 67, n. 1, p. 1-32, 2006.
- GRAHAM, Keith. How do Illocutionary Descriptions Explain? In: TULLY, John (ed). *Meaning and Context: Quentin Skinner and his Critics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. p. 147-155.
- GUNNELL, John. Interpretation and the History of Political Theory: Apology and Epistemology. *American Political Science Review*, v. 76, p. 317-327, 1982.
- HARLAN, David. Intellectual History and the Return of Literature. *The American Historical Review*, v. 94, n.3, p. 581-609, 1989.
- HOLLIS, Martin. Say it with Flowers. In: TULLY, John (ed). *Meaning and Context: Quentin Skinner and his Critics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. p. 135-146.
- JASMIN, Marcelo. História dos Conceitos e Teoria Política e Social: referências preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 57, p. 27-38, 2005.
- JAUME, Lucien. De la Philosophie Politique et de son usage dans L'Histoire des Idées Politiques. *Le Banquet*, v. 1, n. 17, p.1-7, 2002.
- KEANE, John. More Theses on the Philosophy of History. In: TULLY, John (ed). *Meaning and Context: Quentin Skinner and his Critics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. p. 204-217.
- KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LAMB, Robert. Quentin Skinner's revised historical contextualism: a critique. *History of the Human Sciences*, v. 22, p. 51-73, 2009.
- LANE, Melissa. Doing Our Own Thinking for Ourselves: On Quentin Skinner's Genealogical Turn. *Journal of the History of Ideas*, v.73, n.1, p. 71-82, 2012.
- LESLIE, M. In Defense of Anachronism. *Political Studies*, v.18, p. 433-47, 1970.
- LOCYER, Andrew. Traditions as Context in the History or Political Thought. *Political Studies*, v. 2, p. 201-217, 1979.
- LOVEJOY, Arthur. *The Great Chain of Being: A Study of the History of an Idea*. Cambridge (USA): Harvard University Press, 1936.
- LOVEJOY, Arthur. The Historiography of Ideas. *Proceedings of the American Philosophical Society*, v. 78, n. 4, p. 529-543, 1938.
- MINOGUE, Kenneth. Method in Intellectual History: Quentin Skinner's Foundations. In: TULLY, John (ed). *Meaning and Context: Quentin Skinner and his Critics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. p. 176-193.
- MULLIGAN, Lotte. Intentions and Conventions: a critique of Quentin Skinner's method for the study of the history of ideas. *Political Studies*, v. 27, p.84-98, 1979.
- PALONEN, Kari. The history of concepts as a style of political theorizing: Quentin Skinner and Reinhart Koselleck's subversion of normative political theory. *European Journal of Political Theory*, v.1, n. 1, p. 91-106, 2002.
- PALTI, Elias. From Ideas to Concepts to Metaphors: The German Tradition of Intellectual History and the Complex Fabric of Language. *History and Theory*, v. 49, p. 194-211, 2010.
- PALTI, Elias. The 'Theoretical Revolution' in Intellectual History: from the History of Political Ideas to the History of Political Languages. *History and Theory*, v.53, p. 387-405, 2014.
- PAREKH, Bhikhu; Berki, Robert Nando. History of Political Ideas: A Critique of Q. Skinner's Methodology. *Journal of the History of ideas*, vol. 34, p. 163-84, 1973.

- PERREAU-SAUSSINE, Émile. Quentin Skinner in Context. *The Review of Politics*. v. 69, n.1, p. 106-122, 2007.
- POCOCK, John. Quentin Skinner: the history of politics and the politics of history. *Common Knowledge*, v. 10, n. 3, p. 532-550, 2004.
- POCOCK, John. The history of political thought: a methodological inquiry. In: POCOCK, John. *Political Thought and History: Essays on Theory and Method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 3-19.
- RICOEUR, Paul. The Model of the Text: Meaningful Action Considered as a Text. *New Literary History*, v. 5, n. 1, p. 91 – 117, 1973.
- ROGERS, Melvin L. Republican confusion and liberal clarification. *Philosophy and Social Criticism*, v.34, n.7, p. 799-782, 2008.
- RORTY, Richard (org). *The Linguistic Turn: Recent Essays in Philosophical Method*. Chicago: University of Chicago Press, 1967.
- SEIDMAN, Steven. Beyond Presentism and Historicism: Understanding the History of Social Sciences. *Sociological Inquiry*, v. 53, n. 1, p. 77-94, 1983.
- SHAPIRO, Ian. Realism in the Study of the History of Ideas. *History of Political Thought*, v. 3, p. 535-578, 1982.
- SILVA, Ricardo. História Intelectual e Teoria Política. *Revista de Sociologia e Política*, v. 17, n. 34, p. 301-318, 2009.
- SILVA, Ricardo. O Contextualismo Linguístico na História do Pensamento Político: Quentin Skinner e o Debate Metodológico Contemporâneo. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, v. 53, n. 2, p. 299-335, 2010.
- SILVA, Ricardo. Da história do pensamento político à teoria política histórica: variações da hermenêutica do conflito de Quentin Skinner. *Lua Nova*, n.102, p. 137-171, 2017.
- SKINNER, Quentin. The Limits of Historical Explanations. *The Royal Institute of Philosophy*, v. 41, n. 157, p. 199-215, 1966.
- SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. *History and Theory*, v. 8, n. 3, p. 3-53, 1969.
- SKINNER, Quentin. Conventions and the Understanding of Speech Acts. *The Philosophical Quarterly*, v. 20, n. 79, p. 118-138, 1970.
- SKINNER, Quentin. On performing and explaining linguistic actions. *The Philosophical Quarterly*, vol. 21, n. 82, p. 1-21, 1971.
- SKINNER, Quentin. Motives, Intentions and the Interpretations of Texts. *New Literary History*, n.3, p. 393-408, 1972a.
- SKINNER, Quentin. Social meaning and the explanation of social action. In LASLETT, Peter (ed). *Philosophy, Politics and Society*. Oxford: Oxford University Press, 1972b. p. 136-157.
- SKINNER, Quentin. Some Problems in the Analysis of Political Thought and Action. *Political Theory*, n. 2, p. 277-303, 1974.
- SKINNER, Quentin. Action and context. *Proceedings of the Aristotelian Society*, v. 52, p. 57-69, 1978.
- SKINNER, Quentin. The idea of cultural lexicon. *Essays in Criticism*, n. 29, p. 205-224, 1979.
- SKINNER, Quentin. Machiavelli on the Maintenance of Liberty. *Politics*, v.18, n.2, p.3-15, 1983.
- SKINNER, Quentin. The idea of negative liberty: philosophical and historical perspectives. In: RORTY, R (ed). *Philosophy in History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984a. p.193-221.

- SKINNER, Quentin. Paradoxes of Political Liberty. *The Tanner Lectures on Human Values*, p. 227-250, 1984b.
- SKINNER, Quentin. A reply to my critics. In: TULLY, John (ed). *Meaning and Context: Quentin Skinner and his Critics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. p. 231-288.
- SKINNER, Quentin. The republican ideal of political liberty. In: Bock, Gisela (ed.) *Machiavelli and Republicanism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990a. p. 293-309.
- SKINNER, Quentin. Thomas Hobbes and the Proper Signification of Liberty. *Transactions of the Royal Historical Society*, v. 40, p.121-151,1990b.
- SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- SKINNER, Quentin. Rhetoric and Conceptual Change. *Finnish Yearbook of Political Thought*, v. 3, p. 60-73, 1999.
- SKINNER, Quentin. *Visions of Politics I: Regarding Method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002a.
- SKINNER, Quentin. A Third Concept of Liberty. The British Academy's inaugural Isaiah Berlin Lecture. *Proceedings of the British Academy*, n.117, p.237-268, 2002b.
- SKINNER, Quentin. *From Humanism to Hobbes: Studies in Rhetoric and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- SCHOCHET, Gordon. Quentin Skinner's Method. *Political Theory*, v. 2, n. 3, p. 261-76, 1974.
- TARLTON, C. D. Historicity, Meaning and Revisionism in the Study of Political Thought. *History and Theory*, v. 12, p. 309-28, 1973.
- TERCHEK, R. *Republican Paradoxes and Liberal Anxieties*. London: Rowman& Littlefield Publishers, Inc. 1997.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

Quentin Skinner

e a História das Ideias Políticas

Artigo recebido em 24/02/2022 • Aceito em 04/10/2022

DOI | doi.org/10.5216/rth.v25i2.72044

Revista de Teoria da História | issn 2175-5892



Este é um artigo de acesso livre distribuído nos termos da licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja citado de modo apropriado